



PREFEITURA DE

**RIO VERDE**

NOSSA FORÇA É O TRABALHO

Avenida Presidente Vargas, 3.215 - Vila Maria  
Caixa Posta 34 - CEP: 75905-900 - Rio Verde - Goiás  
Fone: (64) 3602-8000 - Fax (64) 3602-8048  
www.rioverde.go.gov.br

**LEI N. 6.976. DE 27 DE JUNHO DE 2019**

(Institui o Programa de Incentivo à Produção  
Animal e Formação do Cinturão Verde no Município)

**A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO VERDE APROVA E EU SANCIONO A  
SEGUINTE LEI:**

Art. 1º – Fica instituído o **PROGRAMA DE INCENTIVO À PRODUÇÃO ANIMAL E FORMAÇÃO DO CINTURÃO VERDE DO MUNICÍPIO DE RIO VERDE - PROCINVERDE**, a ser gerido pela Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em cumprimento às prerrogativas que lhe são conferidas pelo art. 27 da Lei Complementar n. 6.279, de 28 de junho de 2013, que dispõe sobre a estrutura administrativa do Município e artigos 219 e seguintes da Lei Orgânica Municipal.

Art. 2º – O **PROCINVERDE** terá atuação em todo o Município de Rio Verde-GO, inclusive nos distritos, tendo como objetivos principais o desenvolvimento econômico rural, o incentivo à agricultura e produção animal, ambos com emprego de mão de obra familiar, bem como o abastecimento da comunidade com produtos diversificados e produzidos segundo critérios técnicos, mediante a concessão de apoio técnico e material a pequenos produtores, em cumprimento às disposições do art. 222 da Lei Orgânica Municipal.

Art. 3º – Para o cumprimento dos objetivos aos quais se refere o artigo anterior, o **PROCINVERDE** poderá, dentre outras ações:

- I. incentivar projetos que visem a recuperação e/ou conservação do solo, água e meio ambiente;
- II. facilitar a armazenagem e escoamento da produção agrícola;
- III. favorecer as condições de melhoria nas comunidades rurais, com incentivo ao associativismo e cooperativismo;



PREFEITURA DE

**RIO VERDE**

NOSSA FORÇA É O TRABALHO

ESTADO DE GOIÁS

Avenida Presidente Vargas, 3.215 - Vila Maria  
Caixa Postal 34 - CEP: 75905-900 - Rio Verde - Goiás  
Fone: (64) 3602-8000 - Fax (64) 3602-8048  
www.rioverde.go.gov.br

- IV. capacitar e favorecer o intercâmbio entre produtores rurais, a fim de estabelecer a troca de saberes e experiências;
- V. introduzir a produção animal, horticultura, fruticultura, outras práticas de cultivo, de maneira sistêmica dentro da própria propriedade;
- VI. melhorar a fertilidade e manejo do solo;
- VII. organizar as cadeias produtivas por região e vocação dos produtores rurais;
- VIII. incentivar a criação de agroindústrias rurais;
- IX. destinar áreas públicas para o plantio e fomento à produção animal e de hortifrutigranjeira;
- X. incentivar a produção orgânica de alimentos;
- XI. incentivar a produção animal;
- XII. fornecer e incentivar a produção de mudas, sementes e insumos agrícolas para a prática de culturas;
- XIII. fornecer transporte de insumos agrícolas;
- XIV. promover ações diversas para o incentivo da produção animal e agrícola com o fito de atender aos fins desta lei.

Art. 4º – O **PROCINVERDE** será desenvolvido com recursos a ele consignados nas seguintes fontes:

- I. tesouro municipal;
- II. doações;
- III. convênios com entidades governamentais e não-governamentais, nacionais e internacionais.

Art. 5º – Poderão aderir ao **PROCINVERDE** produtores rurais pessoas físicas, entidades representativas de agricultores e, ainda, produtores familiares que explorem a terra



PREFEITURA DE

**RIO VERDE**

NOSSA FORÇA É O TRABALHO

2013/2017

Avenida Presidente Vargas, 3.215 - Vila Maria  
Caixa Posta 34 - CEP: 75905-900 - Rio Verde - Goiás  
Fone: (64) 3602-8000 - Fax (64) 3602-8048  
www.rioverde.go.gov.br

na condição de proprietários, arrendatários, parceiros, meeiros, comodatários, cessionários, assentados ou em qualquer outra condição legal, que pretendam desenvolver projetos agrícolas e de produção animal, e desde que atendam, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I. utilização de trabalho direto e da família, podendo ter o concurso de mão de obra de terceiros;
- II. tenha, no mínimo, 40% (quarenta por cento) da renda proveniente da exploração agropecuária, cuja forma de comprovação será ditada em decreto regulamentar;
- III. tenha residência na propriedade ou em aglomerado rural ou urbano próximo do local onde desenvolve sua atividade produtiva;
- IV. não deter, a qualquer título, área superior a 4 (quatro) módulos fiscais quantificados na legislação em vigor.

Parágrafo único. Ao interessado competirá a apresentação de documentos que façam prova dos requisitos estabelecidos nesta lei, em especial comprovante de endereço e documentos pessoais, do título de propriedade ou outro que o habilita a explorar legalmente a propriedade, inscrição estadual, e outros mais exigidos pela Administração.

Art. 6º – A adesão ao **PROCINVERDE** será formalizada através de Termo de Compromisso a ser firmado entre o titular do órgão gestor e o beneficiário, onde estarão consubstanciadas as regras do programa, direitos e obrigações, dentre outras disposições.

Art. 7º – Para o cumprimento das disposições do art. 3º desta Lei, a Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento poderá apoiar os beneficiários do Programa, disponibilizando-lhes mão de obra, máquinas e equipamentos agrícolas integrantes de sua frota, mediante despacho autorizativo do Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para a execução dos seguintes serviços:



PREFEITURA DE

**RIO VERDE**

NOSSA FORÇA É O TRABALHO  
GESTÃO 2013-2020

Avenida Presidente Vargas, 3.215 - Vila Maria  
Caixa Posta 34 - CEP: 75905-900 - Rio Verde - Goiás  
Fone: (64) 3602-8000 - Fax (64) 3602-8048  
www.rioverde.go.gov.br

- I. melhoria de pastagens;
- II. formação de capineiras;
- III. destinação de efluentes de bovinocultura em piscinas de recepção;
- IV. aterros de currais e cocheiras;
- V. aração;
- VI. subsolagem;
- VII. gradeação;
- VIII. ensilagem;
- IX. transporte e distribuição de insumos;
- X. roçagem;
- XI. aplicação de herbicidas;
- XII. abertura de covas com brocas;
- XIII. semeadura;
- XIV. encanteiramento;
- XV. calagem;
- XVI. perfuração de poços semi artesianos;
- XVII. construção de açudes e tanques de piscicultura;
- XVIII. outros serviços relacionadas às atividades recepcionadas pelo  
**PROCINVERDE.**

§ 1º- O fornecimento de serviços que se apresentam como apoio aos beneficiários do **PROCINVERDE** estará limitado àqueles que se enquadrarem aos termos desta lei, o que será aferido em parecer técnico da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, podendo ser dada preferência aos



PREFEITURA DE

**RIO VERDE**

NOSSA FORÇA É O TRABALHO

Avenida Presidente Vargas, 3.215 - Vila Maria  
Caixa Postal 34 - CEP: 75905-900 - Rio Verde - Goiás  
Fone: (64) 3602-8000 - Fax (64) 3602-8048  
www.rioverde.go.gov.br

produtores participantes de associações ou cooperativas, em cumprimento ao art. 222, inciso IV da Lei Orgânica, conforme regulamento.

§ 2º – Para a prestação dos serviços relacionados neste artigo o Município poderá exigir contrapartida dos beneficiários, na forma do regulamento.

§ 3º – O Município poderá isentar da contrapartida os beneficiários que estiverem incapacitados de oferecê-la, conforme regulamento.

Art. 8º – Se porventura o beneficiário do **PROCINVERDE** não for o proprietário do imóvel onde a ação apoiada for desenvolvida, deverá apresentar a anuência do proprietário ao órgão gestor do Programa.

Art. 9º - As áreas públicas do município, sejam elas próprias, cedidas, alugadas ou arrendadas, poderão ser concedidas aos beneficiados do **PROCINVERDE** de acordo com critérios técnicos a serem regulamentados.

§ 1º. Ficam desde já incluídas no **PROCINVERDE** as seguintes áreas públicas:

I – Uma gleba de terras, com área total de 165,9231 hectares, no lugar denominado Fazenda Rioverdinho, neste Município, inscrito no Cartório de Registro de Imóveis na Matrícula nº M.88.867;

II - Uma gleba de terras, com área total de 22,241851 hectares, no lugar denominado Fazenda Fortaleza, neste Município, inscrito no Cartório de Registro de Imóveis na Matrícula nº R3/M.82.180;

III – Um terreno com área total de 4.500,00m<sup>2</sup>, identificado como **ÁREA INSTITUCIONAL III**, com frente para Área Verde II, no Distrito Agroindustrial de Rio Verde I, neste Município, inscrito no Cartório de Registro de Imóveis na Matrícula nº R1/M.43.361;

IV - Um terreno com área total de 31.862,69m<sup>2</sup>, identificado como **ÁREA VERDE I**, com frente para Via Principal, no Distrito Agroindustrial de Rio Verde I, neste Município, inscrito no Cartório de Registro de Imóveis na Matrícula nº R1/M-43.362;



V - Um terreno com área total de 156.046,87m<sup>2</sup>, identificado como ÁREA VERDE II, no Distrito Agroindustrial de Rio Verde I, neste Município, inscrito no Cartório de Registro de Imóveis na Matrícula nº R1/M-43.363.

VI - Um terreno com área total de 35.001,81m<sup>2</sup>, identificado como ÁREA VERDE III, frente para a Via Principal, quadra 01, no Distrito Agroindustrial de Rio Verde I, neste Município, inscrito no Cartório de Registro de Imóveis na Matrícula nº R1/M-43.364.

§ 2º. As áreas descritas no § 1º deste artigo ficam desafetadas de sua destinação original para atender as finalidades desta Lei.

Art. 10 - As licenças ambientais porventura necessárias à execução das ações do projeto apoiado pelo **PROCINVERDE** são de responsabilidade dos beneficiários do Programa, assim como são todas as demais decorrentes das ações necessárias à execução do projeto.

Art. 11 - A ordem de atendimento dos beneficiários do **PROCINVERDE**, bem como a definição de projetos prioritários e avaliação das ações serão realizadas em conjunto com os beneficiários do programa e são de responsabilidade do órgão gestor.

Art. 12 - Poderá ocorrer a exclusão de beneficiários do **PROCINVERDE** caso se comprove inviabilidade técnica ou os resultados negativos do projeto, em qualquer fase, ou, ainda, por força de qualquer conduta imprópria, inclusive decorrente de informações falsas, dolo, má-fé, imperícia, negligência, ainda que em relação a terceiros alcançados pelos resultados do projeto.

Art. 13 - A inobservância dos objetivos ou de qualquer das exigências impostas nesta Lei para o processamento e deferimento da execução dos serviços decorrentes dos projetos dos beneficiários implicará na responsabilização pessoal do servidor praticante do ato impróprio e será apurada através de procedimento administrativo, a fim de que se apure culpa e extensão do dano decorrente do ato, com a consequente imputação ao infrator da obrigação de ressarcimento ao erário, sem prejuízo a outras sanções previstas no Estatuto dos Servidores do Município ou no âmbito criminal.



PREFEITURA DE

**RIO VERDE**


NOSSA FORÇA É O TRABALHO

Avenida Presidente Vargas, 3.215 - Vila Maria  
Caixa Postal 34 - CEP: 75905-900 - Rio Verde - Goiás  
Fone: (64) 3602-8000 - Fax (64) 3602-8048  
[www.rioverde.go.gov.br](http://www.rioverde.go.gov.br)

Art. 14 – As disposições desta Lei deverão ser regulamentadas por ato do Poder Executivo.

Art. 15 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Gabinete do Prefeito de Rio Verde, aos 27 de junho de 2019.**

  
**Paulo Faria do Vale**  
**PREFEITO DE RIO VERDE**

  
**Gerlos Mendonça de Moraes**  
**SEC.AGRICULTURA, PECUÁRIA**  
**E ABASTECIMENTO**

  
**Vinícius Fonsêca Campos**  
**PROCURADOR-GERAL**

  
registrado em notas do arquivo  
próprio e publicado nesta seção  
Em 27 de Junho de 2019  
Eliane Modesto Campos  
CPF 587 479 581-20  
Matrícula 2207